PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO PREVISTO E NÃO PREENCHIDO DO MAPA DE PESSOAL DO CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

ATA N.º 2

Ao décimo sexto dia do mês de setembro de dois mil e vinte cinco, reuniu o júri do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho previsto e não preenchido do mapa de pessoal do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira e categoria de Técnico Superior, na área de Contratação Pública, a desempenhar funções na Secção de Gestão Financeira, Orçamental, Património e Fundos Europeus da Direção de Serviços de Administração Geral do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, doravante designado por CSTAF, aberto por despacho do Presidente do CSTAF a 09 de junho de 2025, e publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 153, de 11 de agosto de 2025, pelo Aviso (extrato) n.º 20136/2025/8 e publicado, integralmente, na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta OE202508/0252, para a apreciação das candidaturas presentes a concurso.

Estiveram presentes na reunião os seguintes membros do júri:

— Eliana de Almeida Pinto, Juíza Secretária do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, na qualidade de Presidente do Júri;

— João Pedro Pires Marujo, Adjunto do Gabinete Técnico-jurídico do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, como 1.º Vogal efetivo, que substitui a Presidente nas suas ausências e impedimentos; e

— Joana Polónia-Gomes, Juíza de Direito e Adjunta do Gabinete Técnico-Jurídico Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, como 2.º Vogal efetivo;

Mais tarde, pelas razões que adiante se aclarará, juntou-se a 1.ª vogal suplente, Alexandra Miguel Alves de Aguiar Álvaro Leitão, Adjunta do Gabinete Técnico-jurídico do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

A presente reunião teve como objetivo a discussão dos assuntos constantes da ordem de trabalhos abaixo enunciada:

— Dar cumprimento ao n.º 1 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, proceder à verificação do preenchimento dos requisitos exigidos e a apresentação dos documentos essenciais à admissão ao procedimento concursal por parte dos candidatos;

— Identificação dos métodos de seleção obrigatórios;
— Deliberação sobre admissão ou exclusão dos candidatos a concurso;
— Divulgação da lista provisoria dos candidatos admitidos e excluídos;
— Notificação dos candidatos admitidos e excluídos.

Concluído o prazo de apresentação das candidaturas ao procedimento concursal destinado ao recrutamento de técnico superior, na área de Contratação Pública, para o exercício de funções na Secção de Gestão Financeira, Orçamental, Património e Fundos Europeus da Direção de Serviços de Administração Geral do CSTAF foram rececionadas 14 (catorze) candidaturas que abaixo se identificam:

Nome do Candidato	N.º da Candidatura
Diogo Serrão Freitas	001
Paulo Jorge Gordon Pinto	002
Bruno José Machado Meira	003
Sofia Emanuel Botelho de Matos	004
Yuriy Boayarskyy	005
Tiago Manuel Nunes Martins	006
Maria Edgar Pereira da Silva Faria	007
Delfina Inácio Pereira	008
Cláudia Susana Soeiro Ferreira de Almeida	009
Florbela Resende Sá e Silva	010
Sónia Isabel Rodrigues Bento	011
Marta Sofia Velez Caraças de Sousa Santos Garcia	012
Maria Inácia Nogueira de Sousa Gomes	013
Rui António Santos Queirós	014

Verificada a identificação de todos os candidatos ao procedimento concursal, o 1.º Vogal efetivo, Dr. João Pedro Pires Marujo, apresentou pedido de escusa, assente pelos requisitos legais, mormente o estatuído na alínea d) do n.º 1 do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, o qual foi de imediato aceite pela Presidente do Júri em despacho autónomo que fará parte integrante da presente ata (em anexo). Em ato contínuo, foi chamada a 1.ª vogal suplente, Alexandra Miguel Alves de Aguiar Álvaro Leitão, Adjunta do Gabinete Técnico-jurídico do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, para proceder à substituição do referido elemento do júri a fim de participar na reunião. Foi dada continuidade dos trabalhos já sem a presença do referido vogal escusado.

O júri procedeu à análise das candidaturas, com verificação do preenchimento dos requisitos exigidos e entrega dos documentos obrigatórios para admissão a concurso, bem como identificação do método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato, em conformidade com o descrito nos pontos 11. e 16. do Aviso de Abertura integralmente publicado na BEP através do número OE202508/0252, tendo decidido por unanimidade o seguinte:

Nome do Candidato	Candidatura N.º	Deliberação do Júri	Motivo	Método de Seleção
Diogo Serrão Freitas	001	Excluído	a)	n.a.
Paulo Jorge Gordon Pinto	002	Admitido	____	Prova de Conhecimentos
Bruno José Machado Meira	003	Excluído	b) e c)	n.a.
Sofia Emanuel Botelho de Matos	004	Excluída	d)	n.a.
Yuriy Boyarskyy	005	Admitido	____	Prova de Conhecimentos
Tiago Manuel Nunes Martins	006	Admitido	____	Prova de Conhecimentos
Maria Edgar Pereira da Silva Faria	007	Excluída	e)	n.a.
Delfina Inácio Pereira	008	Admitida	____	Avaliação Curricular
Cláudia Susana Soeiro Ferreira de Almeida	009	Excluída	f)	n.a.
Florbela Resende Sá e Silva	010	Admitida	____	Prova de Conhecimentos
Sónia Isabel Rodrigues Bento	011	Admitida	____	Avaliação Curricular
Marta Sofia Velez Caraças de Sousa Santos Garcia	012	Admitida	____	Avaliação Curricular
Maria Inácia Nogueira de Sousa Gomes	013	Excluída	g)	n.a.
Rui António dos Santos Queirós	014	Excluído	h)	n.a.

a) O candidato apresentou a declaração do serviço de origem por autenticar e desatualizada, emitida a 3 de abril de 2025, com data anterior à do Aviso (extrato) e do Aviso integral, publicados no Diário da República e na Bolsa de Emprego Público, conforme exigido na alínea d) do ponto 11.6. do Aviso de Abertura integralmente publicitado na página da Bolsa de Emprego Público com o código de oferta OE202508/0252;

b) O candidato não apresentou o formulário de candidatura nem o formulário de consentimento de tratamento de dados, de preenchimento obrigatório para a formalização ao procedimento concursal, exigidos nos pontos 11.4. 2 alínea f) do ponto 11.6., respetivamente, do Aviso integral publicitado na BEP com o código de oferta OE202508/0252;

c) O candidato apresentou as declarações do serviço de origem desatualizadas, emitidas a 16 de julho de 2025, com data anterior à do Aviso (extrato) publicado em Diário da República e do Aviso integral publicado na Bolsa de Emprego Público, conforme exigido na alínea d) do ponto 11.6. do citado Aviso integral publicitado na BEP com o código de oferta OE202508/0252;

d) A candidata não enviou o formulário de candidatura nem o formulário de consentimento de tratamento de dados, de preenchimento obrigatório para a formalização de candidatura ao procedimento concursal, exigidos nos pontos 11.4. 2 alínea f) do ponto 11.6., respetivamente, do Aviso integral publicitado na BEP com o código de oferta OE202508/0252;

e) A Candidata não formalizou a candidatura nos termos publicitados, nomeadamente o envio do formulário de candidatura, o formulário de consentimento de tratamento de dados, de preenchimento obrigatório para a formalização ao procedimento concursal, exigidos nos pontos 11.4. 2 alínea f) do ponto 11.6., respetivamente, do Aviso integral publicitado na BEP com o código de oferta OE202508/0252, bem como não enviou as Declarações exigidas na alínea d) e e) do ponto 11.6. do citado Aviso integral;

f) A Candidata apresentou as declarações do serviço de origem desatualizadas, emitidas a 23 de maio de 2025, com data anterior à do Aviso (extrato) publicado em Diário da República e do Aviso integral publicado na Bolsa de Emprego Público, e incompleta de elementos fundamentais para a formalizar a candidatura conforme exigido na alínea d) do ponto 11.6. do citado Aviso integral publicitado na BEP com o código de oferta OE202508/0252;

g) A Candidata apresentou a declaração do serviço de origem emitida em 25 de fevereiro de 2025, com data anterior à do Aviso (extrato) publicado em Diário da República e do Aviso integral publicado na Bolsa de Emprego Público, e

incompleta de elementos fundamentais para a formalizar a candidatura, conforme exigido na alínea d) do ponto 11.6. do citado Aviso integral publicitado na BEP com o código de oferta OE202508/0252;

h) O Candidato apresentou a declaração do serviço de origem desatualizada, emitida a 26 de outubro de 2023, com data anterior à do Aviso (extrato) e do Aviso integral, publicados no Diário da República e na Bolsa de Emprego Público, e incompleta de elementos fundamentais para a formalizar a candidatura conforme exigido na alínea d) do ponto 11.6. do Aviso de Abertura integralmente publicitado na página da Bolsa de Emprego Público com o código de oferta OE202508/0252.

Analisadas as candidaturas, o júri deliberou que os candidatos que preenchem todos os requisitos legais, gerais e habilitacionais exigidos, bem como as formalidades exigidas para a admissão ao procedimento concursal e que constam da lista do Anexo I, se encontram em condições de serem admitidos, e que os demais candidatos, cuja identificação consta da lista do Anexo II, não se encontram em condições de serem admitidos, pelas razões supra assinaladas, perspetivando-se, por isso, a sua exclusão.

Mais deliberou o Júri, por unanimidade, notificar os candidatos das decisões suprarreferidas, através de *e-mail* conforme referido nos pontos 15.2. e 15.4. do citado aviso publicado na BEP, com o envio da presente Ata, juntamente com os Anexos I e II que integram a presente Ata – Lista Provisória de Candidatos Admitidos e Lista Provisória de Candidatos Excluídos, respetivamente.

Foi, ainda, fixado o prazo de 10 dias úteis para pronúncia dos candidatos previstos excluir, constantes no Anexo II, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo, devendo os mesmos, para o efeito, utilizar o formulário de audiência prévia, disponível na página eletrónica do CSTAF, conforme referido no Aviso integral publicado na BEP.

Nada mais havendo a tratar e deliberar, foi dada por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os presentes.

A Presidente

Eliana de Almeida Pinto
Juíza Secretária do Conselho Superior do Tribunais Administrativos e Fiscais

Os Vogais,

Joana Pólónia-Gomes
Juíza de Direito e
Adjunta do Gabinete Técnico-Jurídico do CSTAF

Alexandra Miguel Leitão
Adjunta do Gabinete Técnico-Jurídico do CSTAF

ANEXO I DA ATA N.º 2

Lista Provisória de Candidatos Admitidos

NOME DO/A CANDIDATO/A	CANDIDATURA N.º	MÉTODO DE SELEÇÃO
PAULO JORGE GORDON PINTO	002	PROVA DE CONHECIMENTOS
YURIY BOYARSKYY	005	PROVA DE CONHECIMENTOS
TIAGO MANUEL NUNES MARTINS	006	PROVA DE CONHECIMENTOS
DELFINA INÁCIO PEREIRA	008	AVALIAÇÃO CURRICULAR
FLORBELA RESENDE SÁ E SILVA	010	PROVA DE CONHECIMENTOS
SÓNIA ISABEL RODRIGUES BENTO	011	AVALIAÇÃO CURRICULAR
MARTA SOFIA VELEZ CARAÇAS DE SOUSA SANTOS GARCIA	012	AVALIAÇÃO CURRICULAR

ANEXO II DA ATA N.º 2

Lista Provisória de Candidatos Excluídos

NOME DO CANDIDATO	CANDIDATURA N.º	MOTIVO
DIOGO SERRÃO FREITAS	001	a)
BRUNO JOSÉ MACHADO MEIRA	003	b) e c)
SOFIA EMANUEL BOTELHO DE MATOS	004	d)
MARIA EDGAR PEREIRA DA SILVA FARIA	007	e)
CLAÚDIA SUSANA SOEIRO FERREIRA DE ALMEIDA	009	f)
MARIA INÁCIA NOGUEIRA DE SOUSA GOMES	013	g)
RUI ANTÓNIO DOS SANTOS QUEIRÓS	014	h)

a) O candidato apresentou a declaração do serviço de origem por autenticar e desatualizada, emitida a 3 de abril de 2025, com data anterior à do Aviso (extrato) e do Aviso integral, publicados no Diário da República e na Bolsa de Emprego Público, conforme exigido na alínea d) do ponto 11.6. do Aviso de Abertura integralmente publicitado na página da Bolsa de Emprego Público com o código de oferta OE202508/0252;

b) O candidato não apresentou o formulário de candidatura nem o formulário de consentimento de tratamento de dados, de preenchimento obrigatório para a formalização ao procedimento concursal, exigidos nos pontos 11.4. 2 alínea f) do ponto 11.6., respetivamente, do Aviso integral publicitado na BEP com o código de oferta OE202508/0252;

c) O candidato apresentou as declarações do serviço de origem desatualizadas, emitidas a 16 de julho de 2025, com data anterior à do Aviso (extrato) publicado em Diário da República e do Aviso integral publicado na Bolsa de Emprego Público, conforme exigido na alínea d) do ponto 11.6. do citado Aviso integral publicitado na BEP com o código de oferta OE202508/0252;

d) A candidata não enviou o formulário de candidatura nem o formulário de consentimento de tratamento de dados, de preenchimento obrigatório para a formalização de candidatura ao procedimento concursal, exigidos nos pontos 11.4. 2 alínea f) do ponto 11.6., respetivamente, do Aviso integral publicitado na BEP com o código de oferta OE202508/0252;

e) A Candidata não formalizou a candidatura nos termos publicitados, nomeadamente o envio do formulário de candidatura, o formulário de consentimento de tratamento de dados, de preenchimento obrigatório para a formalização ao procedimento concursal, exigidos nos pontos 11.4. 2 alínea f) do ponto 11.6., respetivamente, do Aviso integral publicitado na BEP com o código de oferta OE202508/0252, bem como não enviou as Declarações exigidas na alínea d) e e) do ponto 11.6. do citado Aviso integral;

f) A Candidata apresentou as declarações do serviço de origem desatualizadas, emitidas a 23 de maio de 2025, com data anterior à do Aviso (extrato) publicado em Diário da República e do Aviso integral publicado na Bolsa de Emprego Público, e incompleta de elementos fundamentais para a formalizar a candidatura conforme exigido na alínea d) do ponto 11.6. do citado Aviso integral publicitado na BEP com o código de oferta OE202508/0252;

g) A Candidata apresentou a declaração do serviço de origem emitida em 25 de fevereiro de 2025, com data anterior à do Aviso (extrato) publicado em Diário da República e do Aviso integral publicado na Bolsa de Emprego Público, e incompleta de elementos fundamentais para a formalizar a candidatura, conforme exigido na alínea d) do ponto 11.6. do citado Aviso integral publicitado na BEP com o código de oferta OE202508/0252;

h) O Candidato apresentou a declaração do serviço de origem desatualizada, emitida a 26 de outubro de 2023, com data anterior à do Aviso (extrato) e do Aviso integral, publicados no Diário da República e na Bolsa de Emprego Público, e incompleta de elementos fundamentais para a formalizar a candidatura conforme exigido na alínea d) do ponto 11.6. do Aviso de Abertura integralmente publicitado na página da Bolsa de Emprego Público com o código de oferta OE202508/0252.

CONSELHO SUPERIOR
DOS TRIBUNAIS
ADMINISTRATIVOS
E FISCAIS

DESPACHO

O membro do júri, Dr João Marujo, veio requerer escusa da sua intervenção no presente procedimento concursal, declarando existir relação de grande amizade próxima com uma das candidatas e que apenas se apercebeu disso quando, na reunião do júri, se abriram as candidaturas.

Nos termos do artigo 73.º, n.º 1, alínea d), do Código do Procedimento Administrativo, constitui fundamento de escusa a existência de grande intimidade entre o titular de órgão ou agente da Administração e a pessoa com interesse direto no procedimento, situação em que se pode, com razoabilidade, duvidar da imparcialidade da conduta ou decisão.

Atendendo a que a circunstância invocada se mostra idónea e adequada para fundar a escusa, e visando assegurar a imparcialidade e transparência do procedimento, defiro o pedido apresentado, devendo o referido membro ser de imediato substituído pelo respetivo suplente, nos termos legais aplicáveis.

Lisboa, dia 16 de setembro de 2025.

A Presidente do Júri

Eliana de Almeida Pinto

Rua de São Pedro de Alcântara, n.º 79
1269-137 Lisboa
telef: +351 213 216 267
fax: +351 213 216 214
email: correio@cstaf.pt
web: www.cstaf.pt